AVANÇOS E DESAFIOS NO FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA DE 2000 A 2013

Chaiane de Medeiros Rosa[1], Ricardo Ribeiro[2]

https://doi.org/10.5216/rpp.v15i1.52562

Resumo: Ao longo dos anos 2000, tem-se um cenário de expansão da educação superior, resultado de políticas voltadas para o fomento das possibilidades de acesso a esse nível de educação a um maior contingente de alunos. Nesse contexto, entende-se como oportuno um artigo que se propõe a investigar o panorama do financiamento desse nível educacional, de modo a desvelar o comprometimento do Estado em termos financeiros para a consolidação das políticas públicas para o setor. Para tanto, desenvolve-se uma pesquisa bibliográfica e documental, com base em autores que versam, mormente, sobre financiamento, e documentos oficiais, principalmente relatórios de dados. E como resultado, reconhece-se que, a despeito dos esforços em aumentar os recursos voltados para a educação superior, o seu financiamento ainda representa um desafio para a continuidade e crescimento das políticas expansionistas.

Palavras-chave: Financiamento. Educação Superior. Políticas Públicas.

[1] Unesp/Araraquara, e-mail: chaianemr@hotmail.com
[2] Unesp/Araraquara, E-mail: despertarosol@gmail.com

ADVANCES AND CHALLENGES IN THE FINANCING OF BRAZILIAN HIGHER EDUCATION FROM 2000 TO 2013

Chaiane de Medeiros Rosa, Ricardo Ribeiro

ABSTRACT: Throughout the years 2000, there has been a scenario of expansion of higher education, resulting from policies aimed at the promotion of the possibilities of access to this level of education to a larger contingent of students. In this context, it is considered opportune an article that proposes to investigate the panorama of the financing of this educational level, in order to reveal the commitment of the State in financial terms for the consolidation of the public policies for the sector. For this, a bibliographical and documentary research is developed, based on authors that deal, mainly, about financing, and official documents, mainly data reports. As a result, it is recognized that, despite efforts to increase resources for higher education, its funding still poses a challenge for the continuity and growth of expansionary policies.

Keywords: Financing. Higher Education. Public Policy.

ISSN - 2178-4442

AVANCES Y DESAFÍOS DE LA FINANCIACIÓN DE LA EDUCACIÓN SUPERIOR BRASILEÑA DE 2000 A 2013

Chaiane de Medeiros Rosa, Ricardo Ribeiro

Resumen: A lo largo de los años 2000, se tiene un escenario de expansión de la educación superior, resultado de políticas orientadas al fomento de las posibilidades de acceso a ese nivel de educación a un mayor contingente de alumnos. En este contexto, se entiende como oportuno un artículo que se propone investigar el panorama de la financiación de ese nivel educativo, de modo a desvelar el compromiso del Estado en términos financieros para la consolidación de las políticas públicas para el sector. Para ello, se desarrolla una investigación bibliográfica y documental, con base en autores que versan, sobre todo, sobre financiamiento, y documentos oficiales, principalmente informes de datos. Y como resultado, se reconoce que, a pesar de los esfuerzos en aumentar los recursos dirigidos a la educación superior, su financiación todavía representa un desafío para la continuidad y el crecimiento de las políticas expansionistas.

Palabras clave: Financiamiento. Educación universitaria. Políticas públicas.

Notas Introdutórias

Sobretudo a partir dos anos 2000, em decorrência de um conjunto de políticas voltadas para a educação superior, para fomentar as possibilidades de acesso a esse nível educação, houve uma expansão considerável do setor. De 2001 a 2016, o número de instituições públicas aumentou de 183 para 296, o que configura um crescimento de 61,7%. Acompanhando essa tendência, houve uma ampliação do número de matrículas de 3.062.705 em 2001 para 6.058.623 em 2016 na rede pública, o que corresponde a um crescimento de 97,8%. E a taxa bruta de escolarização das pessoas com idade de 18 a 24 anos no Brasil passou de 15,1% em 2001 para 32,6% em 2015, e a taxa bruta passou de 8,9% para 17,8% (INEP, 2016).

É oportuno destacar que o quadro expansionista incide na necessidade de ampliação da infraestrutura física das instituições, além da contratação de pessoal técnico-administrativo e docente para colocar essa estrutura ampliada em condições de pleno funcionamento, de modo a garantir a oferta de educação. Apesar da expansão considerável, essas instituições enfrentam problemas, e um dos sinais dessa problemática são as recorrentes greves, reivindicando, entre outros pontos, melhores condições de trabalho.

Em 2000, 31 instituições federais de educação superior (Ifes) aderiram à greve; em 2001, 52 Ifes; em 2003, 35 Ifes; em 2005, 40 instituições; em 2007, 46 Ifes; em 2011 44 Ifes; em 2012 58 Ifes; em 2014, 40 Ifes; e em 2015, 50 Ifes (SEDUFSM, s/d). Portanto, é necessário considerar que a expansão do atendimento não tem sido uma medida suficiente para a problemática da educação superior, e as mobilizações são um indicativo dos problemas enfrentados pelas instituições de ensino.

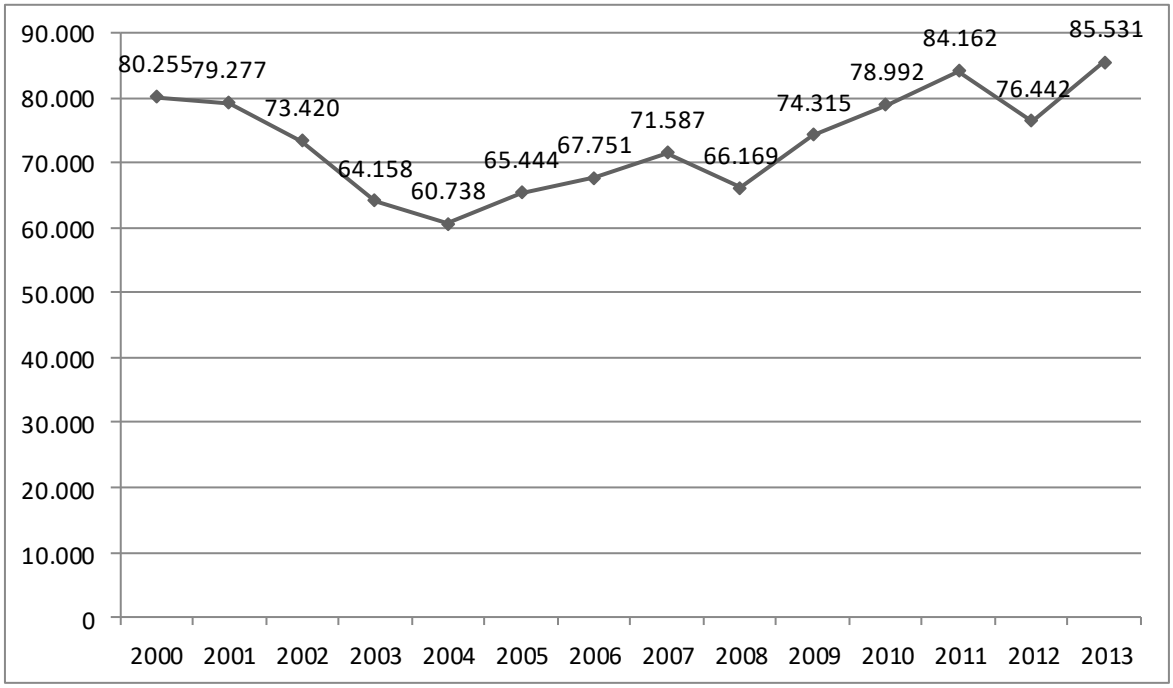
Diante desse quadro, entende-se como necessário se atentar para a questão do financiamento da educação superior, de modo a investigar o panorama do financiamento desse nível educacional, bem como desvelar o comprometimento do Estado em termos econômicos para a consolidação das políticas públicas para o setor. Para este estudo, delimitou-se o recorte temporal de 2000 a 2013 por se entender que esse período é significativo por contemplar diferentes governos (Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016) – e, assim, evidenciar o que foi feito em termos de investimento em educação em diferentes gestões.

ISSN - 2178-4442

Compreender como se organiza o financiamento de uma instituição educacional é de suma importância, tendo em vista que os recursos financeiros são elementares para a manutenção da estrutura física e custeio de despesas essenciais, pagamento de servidores, e, ainda, para investimento em melhorias. São os recursos, portanto, que mantêm as instituições em funcionamento.

Os gráficos abaixo mostram, respectivamente, a evolução da estimativa de percentual de investimento público direto[3] na educação superior cumulativo por estudante, e a estimativa de investimento direto em educação superior.

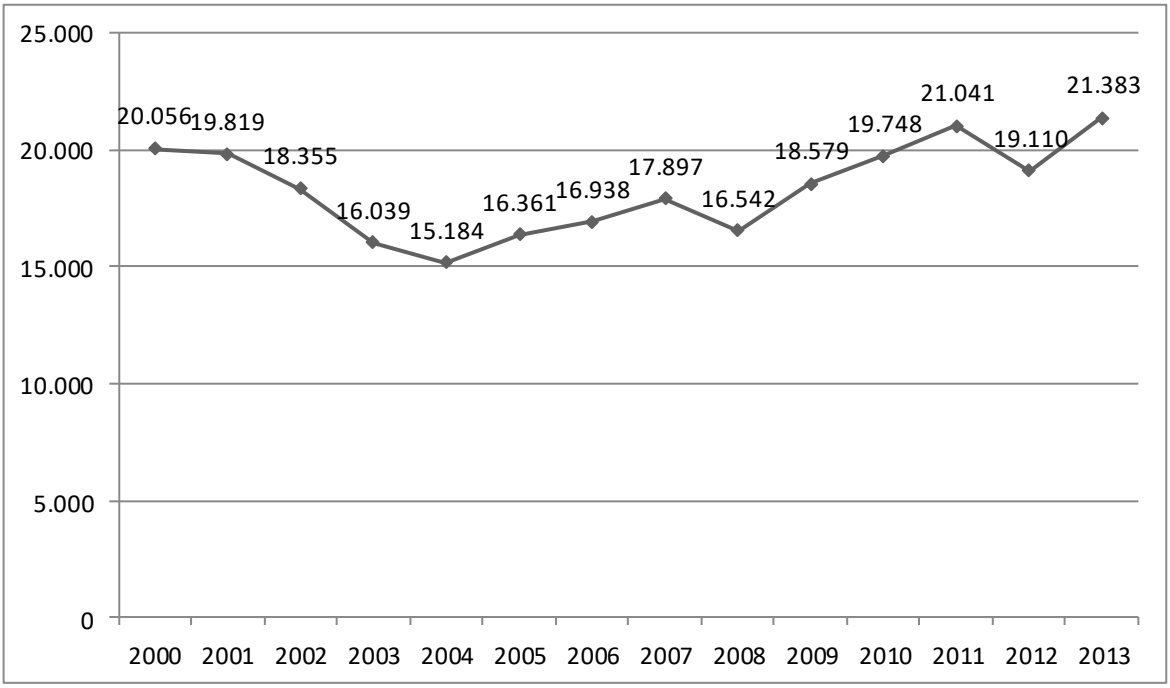
Gráfico 1 - Estimativa do Investimento Público Direto em educação superior cumulativo por estudante, com valores atualizados para 2013 pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) – Brasil – 2000/2013



Fonte: Inep/MEC.

[3] "O Investimento Direto corresponde à soma de todos os recursos do governo aplicados na educação pública (Instituições de Ensino e despesas com a administração pública direta e indireta). São excluídos, além da estimativa de aposentadoria futura, os recursos disponibilizados pelo setor público, destinados ao pagamento de bolsa de estudo, financiamento estudantil e transferências para entidades privadas". (MACIEL, 2009, p. 11)

Gráfico 2 - Estimativa do Investimento Público Direto em educação superior, com valores atualizados para 2013 pelo IPCA – Brasil – 2000/2013



Fonte: Inep/MEC.

Em observância aos gráficos anteriormente apresentados, torna-se evidente que durante a gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) encontrava-se em decréscimo o investimento na educação superior, o que continuou ainda em 2003 e 2004, os dois primeiros anos da gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Contudo, a partir de 2004, o que se verifica é um crescimento contínuo do índice de investimento.

Em relação ao investimento público direto em educação superior cumulativo por estudante, de 2000 a 2004 o saldo do declínio do investimento foi de 24,31%. Já considerando o período de retomada de crescimento, que vai de 2004 a 2013, a elevação dessa taxa foi de 40,81%. Em se tratando do investimento público direto em educação superior, de 2000 a 2004 o decréscimo foi de 24,29%, ao passo que de 2004 a 2013 o progresso do índice de investimento chegou a 40,82%. Portanto, comparando os dois índices, percebe-se que tanto o percentual de queda quanto de crescimento foram equivalentes no mesmo período.

Já em relação ao percentual de investimento da educação superior em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), não se observa uma mudança significativa de um ano para o outro, mas sim uma flutuação constante que gira em torno dos 0,8% e 1,0%, chegando ao índice máximo de 1,1% no ano de 2013, conforme demonstrado abaixo:

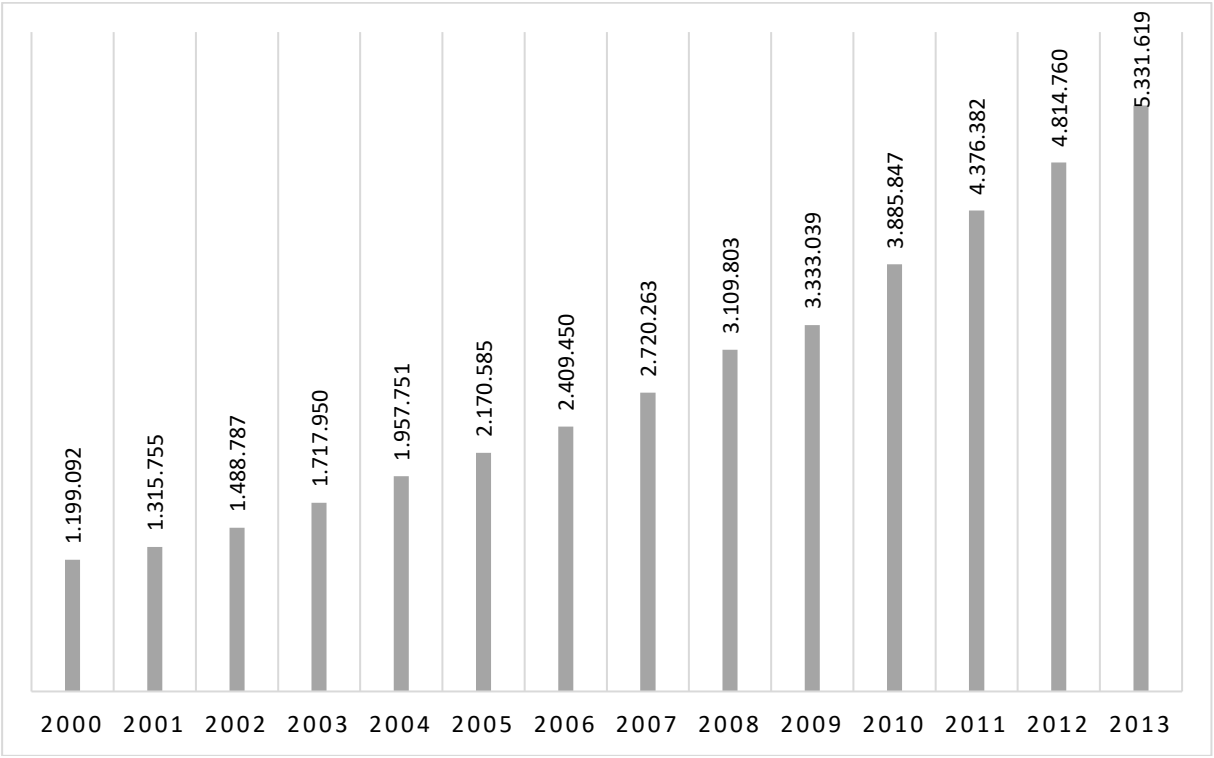
Tabela 1 - Estimativa do Percentual do Investimento Público Total[4] em educação superior em relação ao PIB – Brasil 2000/2013

2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
0,9	0,9	1,0	0,9	0,8	0,9	0,8	0,9	0,8	0,9	0,9	1,0	1,0	1,1

Fonte: Inep/MEC.

Para compreender essa tabela, é importante verificar a evolução do PIB no período pesquisado.

Gráfico 3 - PIB em valores correntes em trilhões de reais – Brasil 2000/2013



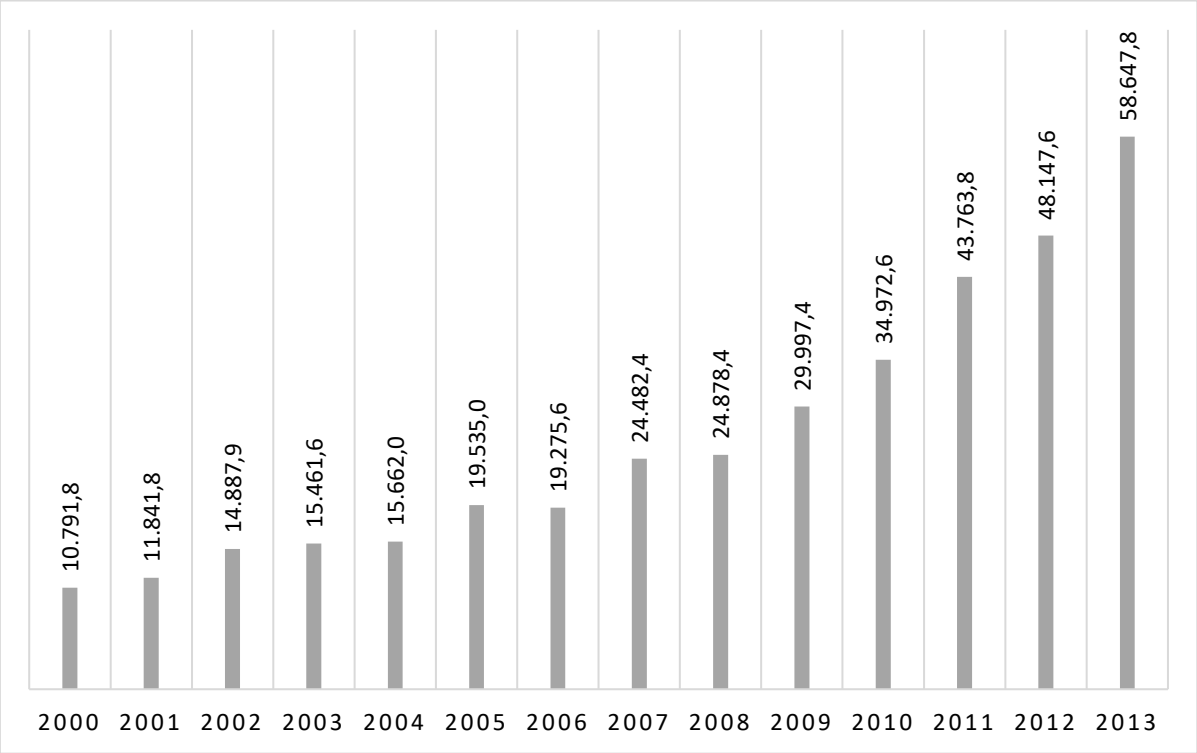
Fonte: IBGE (2014).

Pelos dados expostos, verifica-se que, de 2000 a 2013, o PIB brasileiro teve um crescimento de 344,6%. Considerando a evolução anual, nota-se que o período de maior aumento foi de 2009 a 2010, de 16,6%, e o menor acréscimo foi registrado de 2008 a 2009, quando foi de 7,2%. A média de crescimento anual do PIB no período analisado foi de 12,2%.

Relacionando a estimativa do percentual de investimento público total em educação superior (Tabela 1) com o PIB em valores correntes em trilhões de reais (Gráfico 3), verifica-se o seguinte:

[4] "O Investimento Total representa a soma de todos os recursos aplicados pelo setor público (União, Estados e municípios) em Educação. Esse montante de recursos inclui, também, a estimativa para a aposentadoria futura do pessoal atualmente ativo no setor educacional, que não está contemplado no Investimento Direto". (MACIEL, 2009, p. 11)

Gráfico 4 - Estimativa do investimento total em educação superior em relação ao PIB em bilhões de reais – 2000/2013



Fonte: Inep/MEC e IBGE (2014).

Nota-se que, apesar de os percentuais terem variado ao longo de todo o período analisado de 0,8% a 1,1%, o investimento nesse nível educacional aumentou 443,4% de 2000 a 2013. O período de maior crescimento foi de 2006 a 2007, quando houve uma elevação de 27%. Mas também foram expressivas as ampliações de investimento de 2001 a 2002 (25,7%), de 2004 a 2005 (24,7%) e de 2010 a 2011 (25,1%). Entretanto, de 2005 a 2006, houve queda de 1,3% no investimento em educação superior. E outros períodos que se destacam com pouco investimento foram de 2003 a 2004 (1,3%) e de 2007 a 2008 (1,6%). A média de ampliação mensal do investimento no período analisado foi de 14,4%.

Em se considerando que tem aumentado expressivamente o contingente de pessoas cursando o nível de ensino superior no Brasil, o ideal seria que o percentual aplicado em relação ao PIB também fosse majorando de forma vultosa para acompanhar a evolução do atendimento desse nível educacional. Porém, é inegável que esse aumento, mesmo que discreto em termos percentuais, representa bastante se convertido em números, o que contribui para o financiamento da expansão desse nível de educação no período referenciado.

Mesmo assim, a questão do percentual de investimento do PIB em educação ainda constitui um desafio a ser ajuizado e, logo, superado. Isso porque as limitações desse investimento podem comprometer de maneira significativa a realização de projetos

educacionais, atingindo inclusive na meta 12 do PNE de 2014-2024 para a educação superior, que consiste em elevar a taxa bruta de matrícula para 50% e a taxa líquida para 33% por cento para a população em idade regular entre 18 e 24 anos, assegurada a qualidade da oferta; além de elevar para 40% as novas matrículas no setor público. Em meio a um processo de expansão das oportunidades educacionais, as demandas tornam-se muito mais ampliadas, em razão da necessidade de investimento em termos físicos e humanos para a criação da estrutura necessária para prover as necessidades educacionais postas.

Maciel (2009) assevera que, ao se estabelecer uma relação entre o PIB e o montante de recursos investidos na área da educação, é possível compreender a participação do governo no setor.

> Os investimentos públicos em educação são os recursos financeiros utilizados pelos entes federados na cobertura de determinadas demandas educacionais. São as aplicações empregadas na educação para cobrir o custo de bens, serviços e investimentos bem como as transferências, sem reduzir seu valor de recuperação (depreciação e amortização). Esses investimentos devem ser alocados para a manutenção e o desenvolvimento do ensino; para a manutenção dos profissionais de educação; para a construção, a expansão e a melhoria das escolas nos diversos níveis e modalidades de ensino; para os programas de assistência ao estudante, entre outros, conforme define a legislação brasileira. (MACIEL, 2009, p. 8)

Amaral (2008a) pondera que, apesar de a Lei nº 9.394 de 1996 ter designado, em seu art. 55, à União a missão de "[...] assegurar, anualmente, em seu Orçamento Geral, recursos suficientes para manutenção e desenvolvimento das instituições de educação superior por ela mantidas", não estabelece de forma concreta o montante de recursos destinados para esse fim.

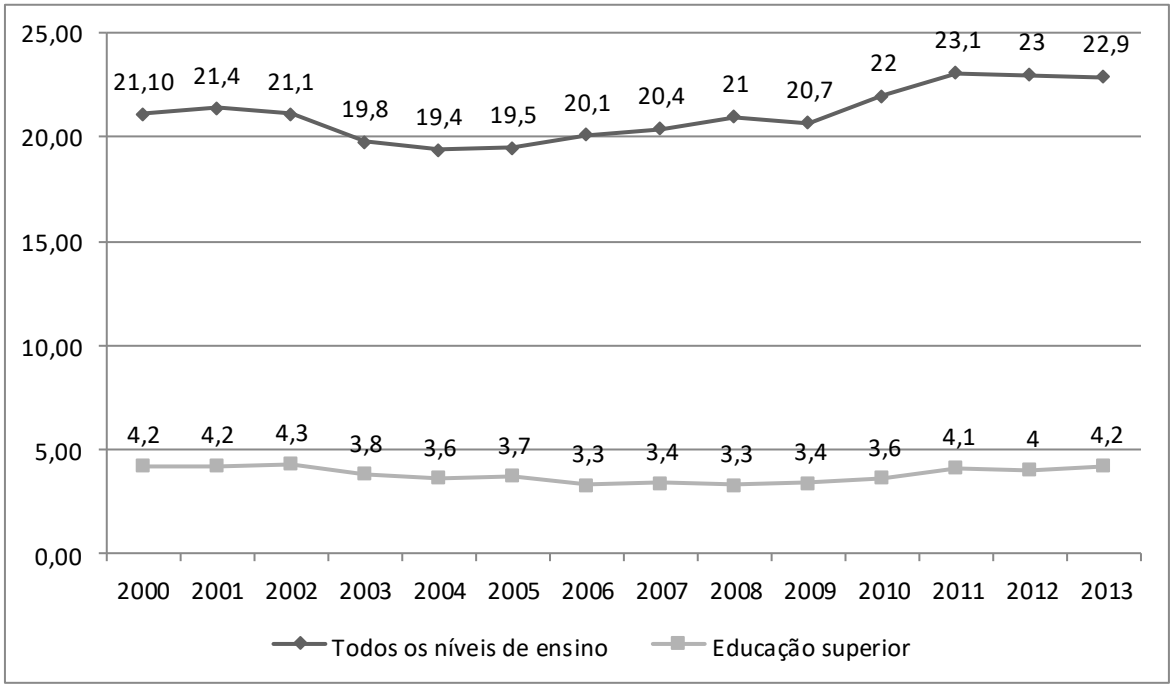
Na gestão do presidente Lula,

> A racionalização administrativa foi eleita como medida necessária, se bem que sempre acompanhada de acréscimo no aporte de recursos. A transposição dos saldos financeiros de um ano para o próximo e a transferência de fundos entre categorias orçamentárias faziam parte do rol de providências a serem tomadas no intuito de promover economia de verbas federais. (CARVALHO, 2014, p. 230)

Já em se tratando da evolução do percentual de investimento em educação superior em relação ao Gasto Público Social (GPS)[5], o quadro que se apresenta é distinto ao se comparar a educação, no geral, com a educação superior:

[5] Considera-se como GPS todas as despesas dos entes federados referentes à educação, cultural, previdência social, alimentação e nutrição, saúde, benefícios aos servidores públicos, assistência social, trabalho e renda, saneamento e habitação. O GPS é utilizado principalmente para dimensionar os recursos orçamentários e financeiros entre os vários setores governamentais e medir a importância de cada um deles.

Gráfico 5 - Estimativa do Percentual do Investimento Público Total em educação superior em relação ao Gasto Público Social (GPS) – Brasil – 2000/2013



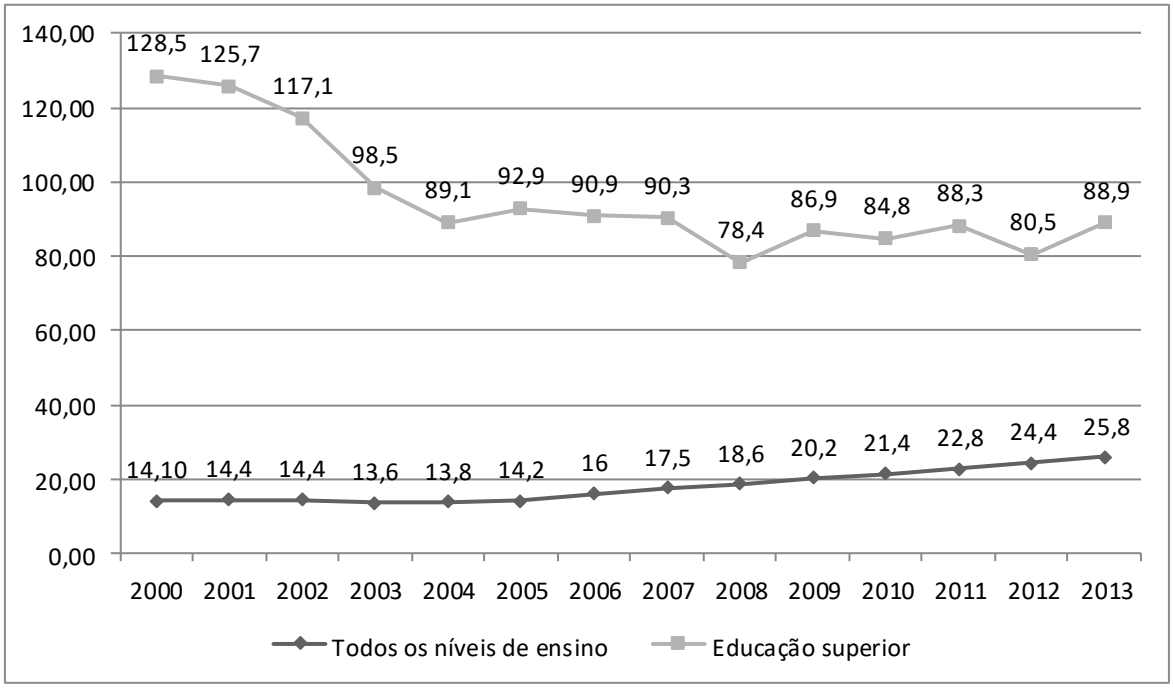
Fonte: Inep/MEC.

Constata-se que, de 2000 a 2002, gestão do presidente FHC, havia uma constância em termos de investimento em educação, no geral, e também em educação superior. Com a entrada do governo Lula, houve um decréscimo desse investimento, o que mostra que, entre os serviços sociais (como cultura, educação, previdência social, alimentação e nutrição, saúde, benefícios públicos, assistência social, trabalho e renda, e saneamento e educação), a educação sofreu uma queda de investimento, montante esse repassado para outros setores, os quais também requerem elevado investimento.

Na educação, no geral, houve queda do índice de 2001 a 2005. A partir de 2006, retomou-se o crescimento progressivo dessa estimativa de investimento, o que chegou a 22,9 em 2013, superior à marca de 21,1 do ano 2000. Já na educação superior, de 2002 a 2008 houve queda no índice. Apenas a partir de 2009 houve uma mudança que indica o crescimento de investimento no setor, chegando em 2013 com a taxa de 4,2, igualando-se a de 2000.

Analisando a evolução do percentual de investimento público direto por estudante em relação ao PIB, tem-se, também, um quadro diferenciado para todos os níveis de ensino, no geral, e para a educação superior:

Gráfico 6 - Estimativa do Percentual do Investimento Público Direto em educação por estudante em relação ao PIB per capita – Brasil – 2000/2013



Fonte: Inep/MEC.

O retrato geral da educação no que se refere ao percentual de investimento público por estudante considerando o PIB *per capita* apresentou queda apenas nos anos de 2003 e 2004, os dois primeiros anos da gestão do presidente Lula. A partir de então, o crescimento foi constantemente progressivo, passando da taxa de 13,8 em 2004 para 25,8 em 2013, o que consiste em uma evolução da ordem de 86,95%.

Quando se observa o percentual de investimento por estudante da educação superior em relação ao PIB *per capita*, verifica-se que desde o ano 2000 até o ano de 2008, período que abrange tanto a gestão de FHC quanto a de Lula, houve um declínio significativo em termos de investimento, o que representa uma queda de 38,98%. Somente a partir de 2008 começa a haver uma recuperação desse quadro, mas ainda de forma flutuante, culminando em uma evolução de 13,39% até 2013.

Com a redução de investimentos de fundos públicos nas instituições públicas de educação superior, a autonomia acadêmica das mesmas fica comprometida. Com esse decréscimo de recursos, essas instituições acabam tendo minorada sua liberdade acadêmica e, assim, passam a dirigir suas ações em conformidade com os interesses de cunho utilitaristas, mormente de financiadores privados. (AMARAL, 2008b) Sem garantia de financiamento público, as instituições públicas de educação superior não têm autonomia efetiva. Diante da necessidade de buscar recursos inserindo-se no mercado, a autonomia fica restrita ao discurso.

(CHAVES, 2013)

Além disso, perante o quadro de insuficiência de recursos, as instituições públicas de educação superior acabam sendo direcionadas para a prestação de serviços, bem como para a oferta de cursos, assessorias e consultorias remuneradas. Nesse caso, elas passam a ser controladas tanto pelo Estado quanto pelo mercado, cada qual inibindo a autonomia e a liberdade institucional. (AMARAL, 2011)

Em relação à natureza das despesas com educação superior no Brasil, observa-se o seguinte quadro:

Tabela 4 - Estimativa da Proporção Relativa do Investimento Público Direto na educação superior por natureza de despesa – Brasil 2000/2013

	DESPESAS CORRENTES			DESPESAS DE CAPITAL
	Total	Pessoal ativo e encargos sociais	Outras despesas correntes	
2000	95,0	74,5	20,5	5,0
2001	92,9	68,8	24,1	7,1
2002	95,8	74,4	21,4	4,2
2003	96,4	75,0	21,4	3,6
2004	96,7	76,7	20,0	3,3
2005	94,3	69,0	25,3	5,7
2006	93,3	71,9	21,4	6,7
2007	94,8	66,6	28,2	5,2
2008	93,3	65,2	28,0	6,7
2009	90,8	65,7	25,1	9,2
2010	91,5	67,5	24,0	8,5
2011	91,6	68,7	22,9	8,4
2012	90,3	64,2	26,1	9,7
2013	90,5	62,9	27,6	9,5

Fonte: Inep/MEC.

Nota-se, principalmente a partir de 2008, a tendência de maior crescimento das despesas de capital, que são aquelas que se relacionam com a aquisição de imóveis, equipamentos, realização de obras, e mais. Isso se justifica em razão das principais políticas empreendidas pelo governo federal no período voltadas para a expansão da educação superior pública no país, tais como o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) e o programa de expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT). Essas ações demandaram grande volume de investimento com criação de infraestrutura física, o que se consolidou pela construção de novas instituições, reformas e ampliações das já existentes, e aquisição de equipamentos e máquinas para equipar as novas

instalações.

Com o aumento proporcional das despesas de capital a partir de 2008, houve a diminuição das despesas correntes, principalmente as referentes ao pagamento de pessoal. Já as demais despesas correntes, por estarem relacionadas com a manutenção da educação superior (sendo referentes à aquisição de bens de consumo, serviços, manutenção de equipamentos e despesas com água, energia, telefone e outros) também aumentaram progressivamente, acompanhando a tendência de crescimento das instituições, e, consequentemente, acarretaram na ampliação dessas despesas e serviços para suprir a nova estrutura, mais alargada.

Pelo rol de dados apresentados, depreende-se que, a despeito dos avanços conquistados mesmo com a fragilidade do financiamento, este se mostra insuficiente diante da expansão da educação em curso. Essa fragilidade pode ser observada na infraestrutura precária das novas instituições; na necessidade de contratação de pessoal docente e técnico-administrativo, em considerando o processo de interiorização e de criação de novos *campi*; e a demanda por investimento nas instituições já existentes. (CARVALHO, 2014)

Segundo Amaral (2008a), a explicação para o aumento de alunos nas instituições de educação superior, mesmo sem expansão do financiamento, está nas seguintes razões:

> a) a implantação de fórmulas dependentes da produtividade individual que objetivam justificar a alocação dos recursos financeiros para as instituições, com forte dependência do número de alunos das IFES;
>
> b) a pressão existente pelo aumento no quantitativo de alunos devido ao fato do baixo percentual brasileiro da população de jovens com idade entre 18 e 24 anos, matriculados em ensino superior;
>
> c) a implantação da Gratificação de Estímulo à Docência (GED) que incentivou a elevação da carga horária dos professores; um valor financeiro só é incorporado ao salário se houver, em contrapartida, um determinado número de hora, do docente, a mais em sala de aula. (AMARAL, 2008a, p. 653)

Diante do panorama evidenciado, não se pode deixar de ponderar sobre o desafio que é financiar as instituições públicas brasileiras, dentre as quais se encontram mormente as universidades e Institutos Federais (IFs), que são instituições marcadas por diversidade em termos de dimensão, estrutura, e que possuem demandas distintas de acordo com as áreas em que ofertam cursos.

Esse desafio é ainda mais acentuado a partir da aprovação da Emenda Constitucional nº 95/2016, que institui um novo regime fiscal, para vigorar de 2016 a 2036, um período de 20 anos. Com essa medida, o texto de gastos fixados para 2017 foi o do orçamento de 2016, acrescido da inflação do mesmo ano. E, para a educação, o ano base foi 2017, para início de execução em 2018.

Chaves, Reis e Guimarães (2018) afirmam que, nesse contexto,

> As políticas sociais sofrem impactos dos cortes orçamentários. [...] Entretanto, os aportes de recursos financeiros do orçamento destinados ao setor privado-mercantil, particularmente com o Fies, são ampliados. Isto revela que as iniciativas governamentais de incentivo a essas instituições de ensino superior não podem ser afetadas com o aprofundamento da crise estrutural do capital. Assim, evidencia-se a política de favorecimento ao mercado com elevadas taxas de lucro do setor. (CHAVES; REIS; GUIMARÃES, 2018, p. 10)

Segundo os autores, esses cortes, inegavelmente, vão culminar na deterioração da educação, em razão do financiamento insuficiente para manter as políticas voltadas para a expansão do setor, desenvolvidas sobretudo a partir dos anos 2000, bem como na degradação das condições de trabalho, da qualidade do ensino e da produção científica.

Outro problema decorrente dessa Emenda Constitucional é atingir a meta 20 do PNE 2014, qual seja: ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% do PIB do País no quinto ano de vigência e, no mínimo, o equivalente a 10% do PIB ao final do decênio. Na compreensão de Amaral (2018),

> Para cumprir esses compromissos será preciso elevar os recursos públicos aplicados em educação, o que exigirá que o MEC, no contexto do Poder Executivo, tenha um aporte de recursos financeiros que varie em relação ao ano anterior num valor superior ao IPCA, uma vez que será preciso expandir a quantidade de estudantes, salários dos professores, equipamentos para as escolas e instituições educativas etc.; isso somente seria possível se houvesse uma variação abaixo do IPCA para os outros setores do Poder Executivo, pois nessa parte independente no orçamento, os valores especificados para um ano estariam limitados ao do ano anterior, corrigidos pelo IPCA deste ano. (AMARAL, 2018, p. 7)

Logo, para o autor, com a Emenda Constitucional nº 95/2016, atingir as metas do PNE "é uma tarefa praticamente impossível".

Considerações Finais

Tendo em vista o quadro de expansão que ocorreu a partir dos anos 2000, sem recursos suficientes para manter a estrutura, a primeira medida que se toma é o corte de despesas, o que atinge diretamente a realização da educação nas instituições. Portanto, um dos riscos que se corre é a diminuição da oferta, como também o comprometimento da qualidade. Diante desse cenário que aponta para a diminuição dos recursos, Oliveira et al. (2008) advertem que, para que se consolide a perspectiva de democratização do ensino e inclusão na educação superior, a ampliação de recursos, tanto por parte da União quanto dos estados, bem como o aumento dos gastos públicos na educação em todos os níveis e modalidades, é uma demanda imprescindível.

É necessário reconhecer o esforço do Estado em gerir o financiamento dessas instituições em um país como o Brasil, com grande dimensão, e com instituições públicas marcadas pela heterogeneidade, espalhadas por todo o seu território, apresentando

potencialidades e demandas distintas. Porém, a despeito desses desafios e do montante relativamente baixo dos recursos destinados à educação ao longo do tempo, especialmente para a educação superior, vale reconhecer que o sistema conseguiu mostrar certa eficiência na gestão desses recursos, concretizando políticas importantes nesse período, mesmo diante dessas limitações.

Diante do exposto, o que se espera, tendo em vista esse problema no quesito do financiamento educacional, é que ele consiga se realizar de forma eficiente. Isso porque, trata-se de um elemento importante para fazer com que cada instituição tenha real capacidade de, por meio da gestão dos recursos que lhes são destinados, assegurar condições satisfatórias para a oferta de ensino; mas também para a realização de pesquisas e manutenção de programas de extensão, todos esses aspectos essenciais para a realização e difusão do conhecimento construído nas instituições de educação superior brasileiras.

Referências:

AMARAL, Nelson Cardoso. Autonomia e financiamento das IFES: desafios e ações. *Avaliação*, Campinas; Sorocaba, v. 13, n. 3, p. 647-680, nov. 2008a.

_____. Financiamento da educação superior no Brasil: gastos com as Ifes – de Fernando Collor a Luiz Inácio Lula da Silva. In: BITTAR, Mariluce; OLIVEIRA, João Ferreira de; MOROSINI, Marília (Orgs.). *Educação superior no Brasil* – 10 anos pós-LDB. Brasília: Inep, 2008b.

_____. O financiamento da expansão das instituições federais de ensino superior no contexto de um novo Plano Nacional de Educação 2011-2021. In: OLIVEIRA, João Ferreira de (Org.). *O campo universitário no Brasil:* políticas, ações e processos de reconfiguração. Campinas: Mercado de Letras, 2011.

_____. Com a PEC 241/55 (EC 95) haverá prioridade para cumprir as metas do PNE (2014-2024)? *Revista Brasileira de Educação*, v. 22, n. 71, p. 1-25, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Principais Resultados. *Divulgação do Censo da Educação Superior* – 2013. Brasília: Inep, 2014.

_____. Secretaria de Educação Superior. Prestação de contas ordinária anual. *Relatório de Gestão consolidado do exercício 2014*. Brasília: MEC/Sesu, 2015.

_____. Presidência da República. Lei. *Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014*. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Brasília, 2014.

_____. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996.

CARVALHO, Cristina Helena Almeida de. Política para a educação superior no governo Lula: expansão e financiamento. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 58, p. 209-244, jan. 2014.

CHAVES, Vera Lúcia Jacob. *Política de financiamento da educação superior brasileira no governo Lula da Silva.* Conferência da FORGES. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2013, v.1, p. 1-13.

CHAVES, Vera Lúcia Jacob; REIS, Luiz Fernando; GUIMARÃES, André Rodrigues. Dívida pública e financiamento da educação superior no Brasil. *Acta Scientiarum*, Education, v. 40, n. 1, p. 1-12, 2018.

IBGE. *Sistema de Contas Nacionais – Brasil 2010-2014*. 2014. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98781.pdf. Acesso em: 12. Fev. 2016.

INEP. *Censo da Educação Superior 2016*. Notas estatísticas. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2016/notas_sobre_o_censo_da_educacao_superior_2016.pdf. Acesso em: 20 jun. 2017.

SEDUFSM. *Histórico de greve.* Disponível em: http://www.sedufsm.org.br/?secao=greve. Acesso em: 11 jan. 2016.